

PROCESSO: TCE-RJ Nº 222.603-2/22

ORIGEM: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA – MESQUITAPREV

NATUREZA: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO – EXERCÍCIO DE 2021

EMENTA. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO. EXERCÍCIO DE 2021. ESGOTAMENTO DE PRAZO. NÃO CUMPRIMENTO PELO JURISDICIONADO. COMUNICAÇÃO.

Versam os autos sobre a **Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV**, referente ao exercício de **2021**, encaminhada a este Tribunal de Contas conforme preceitua a Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

Ao proceder à análise da documentação encaminhada, a ilustre Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão - CAC-Gestão (peça 40), avaliou o cumprimento das questões normativas inerentes a essa natureza de processo, tendo sido identificado que algumas questões ainda careciam de documentos e informações com vistas à manifestação conclusiva sobre as contas em epígrafe. Neste sentido, a CAC-Gestão se pronunciou nos seguintes termos:

21 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Em face do exposto, sugere-se a **EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO**, previsto no art. 5º, § 2º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, para que, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, o jurisdicionado encaminhe os seguintes documentos/esclarecimentos:

- 1) Cadastro do Responsável pelas Contas no período de 01/01 a 19/01/2021, Sr. Leandro Machado Ferreira, atestando a entrega de sua Declaração de Bens e Rendias à Unidade de Pessoal, na forma do artigo 1º c/c os artigos 2º e 8º da Deliberação TCE-RJ n.º 180/94.
- 2) Quanto à diferença de R\$ 28.199,72, verificada entre o saldo das disponibilidades do exercício anterior no Balanço Financeiro, de R\$ 148.902.243,35, e o saldo final apresentado na prestação de contas do exercício anterior, de R\$ 148.930.443,07.

- 3) Encaminhar novo Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras, contemplando os Investimentos e Aplicações Temporárias a curto prazo.
- 4) Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79.
- 5) Esclarecer quanto à diferença de R\$ 43.138.395,44, verificada entre o montante registrado no Ativo Financeiro e o correspondente registro evidenciado no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial (tabela 8).
- 6) Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto à sua regularização).
- 7) Esclarecer quanto às providências adotadas, no que diz respeito ao montante de R\$ 2.739.595,06, referente à contribuição patronal, retido e **não repassado ao RPPS**.
- 8) Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

- 9) Quanto à não correspondência entre o montante registrado no Modelo 34, a título de contribuições retidas e não repassadas dentro do exercício, e o registro a débito, no valor de R\$ 26.758.055,54, na conta créditos a receber a curto prazo.
- 10) Quanto aos registros verificados no Modelo 36 serem semelhantes aos registros verificados no Modelo 34, sugerindo erro no preenchimento do documento. Deverá ser **encaminhando um novo Modelo 36**, corretamente preenchido, ressaltando que o mesmo é para evidenciar as contribuições regulares (Servidor e Patronal) devidas e efetivamente repassadas à Unidade Gestora do RPPS, **no que tange aos servidores integrantes do seu quadro de pessoal**.
- 11) Quanto à ausência de registro das Contribuições dos servidores retidas e repassadas dentro do exercício no Demonstrativo da Dívida Flutuante.
- 12) Quanto à não correspondência entre a contribuição patronal, retida e repassada dentro do exercício, entre os valores apresentados no Modelo 36 (R\$ 13.265.152,17) e o montante lançado no Balancete analítico (R\$ 44.130,14).

Neste diapasão, preliminarmente, a Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, expediu o Ofício PRS/SSE/CGC nº 33504/22 (peça 41) ao Órgão Jurisdicionado, conforme previsto no § 2º do art. 5º da Deliberação TCE-RJ nº 277/17, objetivando esclarecimentos de inconsistências.

Devidamente oficiado em 16.12.22, o Responsável encaminhou as documentações e os esclarecimentos requeridos (peças 44 a 61).

Em face da análise sobre as informações prestadas pelo Jurisdicionado, a CAC-Gestão (peça 64) considerou necessários novos esclarecimentos antes de emitir sua manifestação sobre as contas, nos seguintes termos:

2 – DA PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, sugere-se:

- **COMUNICAÇÃO**, com base no Inciso I, do artigo 15 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que a Sra. Cátia da Silva Ferraz, Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, apresentes os esclarecimentos munidos de documentação comprobatória, a saber:

1- Quanto ao saldo do exercício anterior, **R\$ 148.902.243,35** evidenciado no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado **R\$ 148.930.443,07**), no Balanço Financeiro do exercício 2020 do TCE 221.506-9/21;

2- Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

3- Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto à sua regularização;

4- Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

5- Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022, contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal 906/2015;

6- Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores e patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme abaixo demonstrado;

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	7.218,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	39.367,87
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	20.558,46

Instado a se manifestar, o douto Ministério Público de Contas - MPC (peça 66) posicionou-se em acordo com as medidas sugeridas pela Unidade de Auditoria.

Decorrido o prazo para cumprimento do despacho pelo Ofício PRS/SSE/CGC nº 24511/2023 (peça 70) sem manifestação do Jurisdicionado já cientificado em 12.09.23 (peça 72), os autos retornaram para novo impulso conforme o disposto no art. 253 do RITCERJ.

Eis o Relatório.

Após detido exame dos autos, alinho-me ao encaminhamento elaborado pelas instâncias instrutivas por entender que os esclarecimentos relativos à prestação de contas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, referente ao exercício de 2021, são relevantes para manifestação conclusiva deste Conselheiro-Relator. Desta forma,

VOTO:

I. Pela **COMUNICAÇÃO** à atual responsável pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, Sra. Cátia da Silva Ferraz, com fulcro no inciso I do art. 15 do RITCERJ, aprovado pela Deliberação TCE nº 338/23, para que encaminhe os seguintes documentos e preste os seguintes esclarecimentos, ressaltando que em caso de não atendimento o responsável estará sujeito à sanção prevista no artigo 143, IV, do mencionado Regimento:

I.1. Quanto ao saldo do exercício anterior, **R\$ 148.902.243,35** evidenciado no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado **R\$ 148.930.443,07**, no Balanço Financeiro do exercício 2020 do processo TCE-RJ nº 221.506-9/21;

I.2. Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 24.475.597,79;

I.3. Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pela Tesouraria e os saldos constantes na

contabilidade, anteriores ao exercício de 2021, mencionadas pelo Responsável pelo Setor Contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto a sua regularização);

I.4. Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

I.5. Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022, contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal nº 906/15;

I.6. Quanto à divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores** e **patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme a seguir demonstrado:

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	7.218,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	39.367,87
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	20.558,46

CONSELHEIRO MÁRCIO PACHECO
Documento assinado digitalmente